

A restituição do manto Tupinambá

Entrevista com a equipe do Grupo de Trabalho de Restituição de Artefatos Indígenas/Departamento de Línguas e Memórias Indígenas/Ministério dos Povos Indígenas

The return of the Tupinambá mantle: interview with the team of the Grupo de Trabalho de Restituição de Artefatos Indígenas/Departamento de Línguas e Memórias Indígenas/Ministério dos Povos Indígenas

Recebido em: 30/06/2024

Aprovado em: 15/01/2025

Entrevistados

Eliel Benites

Karkajú Pataxó

Julia Brito Ospina

Lou-Ann Kleppa

Entrevistadores

Bruno Pastre Máximo

Cristiana Barreto

[Sobre os entrevistados e entrevistadores >>](#)

RESUMO

Em julho de 2024, um manto Tupinambá, artefato sagrado confeccionado com penas de aves no século XVII, foi devolvido da Dinamarca para o Brasil e agora está abrigado no Museu Nacional da UFRJ. Esse processo, marcado por repercussão midiática e tensões culturais, envolveu diferentes agentes e destacou a importância do direito à memória e à reparação histórica dos povos indígenas. O manto já havia sido exposto no Brasil em 2000, o que contribuiu para o reconhecimento oficial pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) da identidade Tupinambá em 2001. O Grupo de Trabalho do Ministério dos Povos Indígenas, dedicado a acompanhar o processo de restituição do manto, prospecta um avanço nas políticas culturais e no diálogo sobre a devolução de artefatos indígenas ao Brasil. Neste texto, trazemos uma entrevista com os atores públicos envolvidos no Grupo de Trabalho do Ministério dos Povos Indígenas.

Palavras-chave: Repatriação; patrimônio indígena; manto Tupinambá; restituição cultural; memória histórica.

ABSTRACT

In July 2024, a Tupinambá cloak, a sacred artifact made of bird feathers in the 17th century, was returned from Denmark to Brazil and is now housed at the Museu Nacional da UFRJ. This process, marked by media attention and cultural tensions, involved various stakeholders and highlighted the importance of indigenous peoples' right to memory and historical reparations. The cloak had previously been exhibited in Brazil in 2000, contributing to the official recognition by the Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) of Tupinambá identity in 2001. The Grupo de Trabalho of the Ministério dos Povos Indígenas hopes to see substantious progress in cultural policies and the dialogue surrounding the return of indigenous artifacts to Brazil. This text brings an interview with the public actors involved in this working group.

Keywords: Repatriation; indigenous heritage; Tupinambá cloak; cultural restitution; Historical memory.



A repatriação do manto Tupinambá

Em julho de 2024, um manto Tupinambá foi restituído da Dinamarca ao Brasil e hoje encontra-se na Biblioteca do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a guarda do Museu Nacional. Trata-se de uma rara vestimenta feita com plumas de aves, considerada sagrada para os Tupinambá que, em tempos passados, as usavam em diferentes cerimônias e rituais. Hoje existem apenas onze exemplares de mantos Tupinambá, confeccionados nos séculos XVI e XVII. Todos, exceto esse que foi restituído, encontram-se em museus europeus (na Dinamarca, França, Itália, Bélgica e Suíça). O manto repatriado é o que, de todos, encontra-se mais bem conservado.

A restituição do manto Tupinambá gerou grande repercussão na mídia, envolveu diferentes agentes em um processo marcado por tensões advindas das distintas formas de se conceber e se relacionar com esse objeto, e de pensar a repatriação como uma forma de reparação e de entendimentos sobre o direito à memória dos povos indígenas.

Anteriormente, no ano 2000,¹ numa sequência de tentativas frustradas de expor esses mantos no Brasil, o que estava na Dinamarca foi exposto na Mostra do Redescobrimento em São Paulo. Sua presença em solo brasileiro gerou a primeira demanda de retorno do manto ao Brasil, pois havia desencadeado o (re)conhecimento dos mantos Tupinambá e constituiu um dos elementos decisivos para que os moradores indígenas de Olivença (BA) confirmassem sua identidade Tupinambá, que foi oficialmente reconhecida pela Funai² em 2001. Após 24 anos, o manto foi restituído ao Brasil em um contexto institucional bem diferente, com a representação dos povos indígenas no Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e esforços de dois grupos de trabalho para a restituição de artefatos indígenas – um no MPI e outro no Museu Nacional da UFRJ.

¹ Para detalhes sobre a vinda do manto para a Mostra do Redescobrimento em 2000, ver recente artigo de Lucia Van Velthem (2024).

² Na ocasião, Fundação Nacional do Índio. Desde janeiro de 2023, o órgão é denominado Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (N. E.)

Esta entrevista com os membros do GT do MPI visa acrescentar uma camada de informação e discussão sobre o processo de restituição do manto, um pouco dos bastidores do processo, dos desafios enfrentados e das lições aprendidas para se lidar no futuro com demandas de restituição vindas de diferentes povos indígenas. Agradecemos a disposição dos membros do GT em nos conceder esta entrevista, em particular ao diretor Eliel Benites (Departamento de Línguas e Memórias Indígenas – Deling/MPI) e coordenador do GT; Julia Ospina (coordenadora de Justiça de Transição Indígena – Copjus/Deling/MPI); Karkajú Pataxó (coordenador-geral de Promoção de Políticas Culturais – CGPPC/Deling/MPI) e à assistente Lou-Ann Kleppa (Deling/MPI).

Segue a entrevista realizada em 1o de outubro de 2024 pelos entrevistadores Bruno Pastre Máximo e Cristiana Barreto.

Da perspectiva dos povos indígenas da Bahia, como foi a primeira vinda do manto e a primeira iniciativa de solicitar o repatriamento?

Karkajú Pataxó

Quando tive contato com essa pauta do manto, foi a partir de dona Nivalda,³ cujo nome indígena é Amotara, do povo Tupinambá. Como é um povo vizinho ao meu, eu tive muitas tratativas diretamente com os Tupinambá. Nós sempre viajávamos juntos para algumas agendas, tanto em Salvador quanto aqui em Brasília. Isso foi durante um processo em que eu fui ministrar umas aulas na aldeia, e eu sempre conversava à noite com os mais velhos para entender qual era a dinâmica, como era o processo cultural da região onde eu estava. Por vezes, algumas questões surgiam nas discussões, como quando dona Nivalda falava de alguns pertences antigos.

³ Dona Nivalda, anciã do povo Tupinambá de Olivença, foi uma importante liderança indígena em Olivença com destacada participação na recuperação da memória e nas denúncias das violências perpetradas contra o povo Tupinambá e com atuação fundamental na articulação para a insurgência de seu povo e a consequente reivindicação territorial. Faleceu em 2018.

No ano 2000, durante a ação do “Brasil Outros 500 anos”, que aconteceu na minha aldeia, essas tratativas continuaram. Eu estava acompanhando e dando assistência ao cacique Carajá, que era o cacique da época. Esse foi o primeiro momento em que os Tupinambá se manifestaram publicamente em um evento oficial para falar dessa questão do povo Tupinambá. Depois, ocorreram outras incidências e outros eventos e foi nesse período, em 2000, que dona Nivalda foi para São Paulo. Ela acompanhou tanto a divulgação em mídias nacionais quanto as conversas com as lideranças.

Quando entrei na tratativa sobre o manto, essa história já não era nova para mim. Era algo que eu já conhecia. O cacique Babau e Valdelice [filha de dona Nivalda/Amotara] são meus amigos pessoais e estamos sempre conversando sobre essas questões. Quando entrei, já entrei com esse conhecimento, tomando também um cuidado, inclusive com o ministério, para não me envolver demais com questões internas das comunidades, mas tentando fazer essa tratativa da forma mais produtiva possível. Ao longo do tempo, fui vendo alguns recortes de jornal e entrevistas que me deram mais ciência sobre a dimensão dessa pauta.

Eliel Benites

Quando a gente começou a relação com a pauta do manto, foi junto com a própria estruturação do MPI em 2023. Fomos convidados também para assumir o departamento [Deling] como diretor, e a partir disso chegou a pauta. Já existia um documento do povo Tupinambá reivindicando a repatriação do manto. O Grupo de Trabalho foi instituído no MPI e fomos conduzidos para assumir o GT. Só que não estava muito claro o que fazer exatamente com essa pauta que envolvia a restituição de artefatos indígenas, mas também era necessário fazer protocolos para a vinda de outros patrimônios culturais para o Brasil. No início, estava um pouco confuso na minha cabeça, porque não havia muita clareza sobre o que estava envolvido com a pauta do manto. Então, foram feitas várias reuniões do GT para entender melhor a discussão.

As lideranças Tupinambá vieram no MPI para reivindicar o retorno do manto com muita força, porque o povo Tupinambá que-

ria ter acesso ao manto. Foi então que me toquei que, para eles, o manto não é só um patrimônio no sentido ocidental. Para o povo Tupinambá, ele é um ser, um elemento da memória. Eles veem o manto como um ancião, como parte da memória viva. Eles falaram muito sobre isso nas reuniões, e fomos entendendo a dimensão dessa importância. Não se trata meramente de elementos culturais, mas de parte de um território maior, que o povo considera sagrado. Fiquei muito encantado com essa forma de pensar, porque abriu a mente para pensar em outros patrimônios culturais que também podem ser devolvidos, sempre respeitando a lógica dos povos e os protocolos construídos. No GT, discutimos, por exemplo, como seria o acesso do povo Tupinambá ao manto no Museu e como ele seria recebido, como seria a cerimônia de recepção, porque esse evento precisava considerar a luta e a perspectiva dos povos.

Também me chamou muita atenção o fato de que o manto faz parte de uma história secular, e quando ele chegou, em 2024, ativou toda uma espiritualidade do povo, trazendo à tona realidades internas que podemos até considerar como conflitos, mas que, na verdade, são questões históricas acumuladas que foram manifestadas. O próprio território é parte disso. Como diretor do departamento, percebi que, sozinho, não daria conta. Ainda bem que o Karkajú entrou nesse processo, porque ele já vivia esse contexto e tem uma história maior. Foi uma espécie de divindade atuando, pois as coisas foram se encaixando de forma muito específica: a Lou se interessou teoricamente, a Júlia contribuiu com sua habilidade de articulação, sistematizou tudo e cada um foi se encaixando nas articulações práticas para que esse processo acontecesse. Ao mesmo tempo, toda a especificidade do povo Tupinambá, com suas questões internas, fez desse processo um grande desafio. Buscamos sempre a lógica indígena diante de toda a situação, mas também houve o desafio de fazer a mediação política e institucional. Foi um processo desafiador, e o Karkajú teve muita habilidade para articular as pessoas e instituições, muitas vezes resistentes.

Foi um processo muito interessante, que gerou muitos subsídios documentais e técnicos. As comunidades também contribuíram com documentos. A grande questão é que ouvimos as comunidades, mesmo que não fosse 100% conforme elas desejavam. A

nossa equipe fez uma missão de escuta com a comunidade de Olivença no litoral e com a comunidade do Babau, na Serra do Padeiro, e entendemos o contexto e as lutas. Entendemos que a pauta do manto está ligada à demarcação dos territórios e à regularização dos territórios tradicionais, porque o próprio manto faz parte disso. Pudemos entender a dinâmica das relações da comunidade, fruto da violência histórica e da perda do território. Não vejo isso como um conflito interno por natureza, mas como algo condicionado pelo processo histórico de violência e perda territorial.

O manto, para o povo Tupinambá, é parte de um processo histórico que contribuiu para essa politização positiva em relação à demarcação e à retomada da memória. Podemos considerar o manto como um patrimônio arqueológico. Uma das questões que quero compartilhar é que o patrimônio indígena não segue a classificação ocidental de material e imaterial. Ele é um conjunto de seres que se manifesta tanto fisicamente quanto espiritualmente. O patrimônio indígena pode ser visível ou invisível, dependendo do nosso olhar. Por isso, a classificação patrimonial precisa ser revista com muita reflexão, porque são estratégias de luta dos povos para resguardar suas memórias e histórias.

Conversei com o Bruno sobre a ideia de que os patrimônios culturais são elementos que acessam a própria memória em sua amplitude temporal, que não é cronológica como na ciência ocidental. A memória dos povos indígenas acessa outro sentido. Isso foi claramente colocado pelo povo Tupinambá, pois, embora o manto tenha trezentos anos, ele revive aquele tempo. O tempo da memória é o tempo da ação e, com isso, o povo Tupinambá pode constantemente reconstruir seu território. Foi uma grande aprendizagem, muito lindo. Só para finalizar, quero parabenizar e registrar a atuação muito positiva de todos nesse processo.

Lou-Ann Kleppa

Eu queria complementar o que o Karkajú falou. Eu não estava lá no ano 2000, mas li na *Piauí* (Roxo, 2024) que, no ano 2000, aconteceu a comemoração “Brasil Outros 500” e, nesse ato, vários povos indígenas subiram ao palco para dizer: “eu sou Pataxó”, “eu sou

Cariri”, “eu sou...”. Aí Amotara subiu no palco e disse: “eu sou Tupinambá”, o que foi uma surpresa, pois acreditava-se que o povo Tupinambá já estivesse extinto.

E aí, por estímulo da *Folha de São Paulo*, o jornal, Amotara e o esposo dela foram levados ao Parque Ibirapuera, onde estava a exposição *Mostra do redescobrimento*, e foi lá que ela viu o manto. Houve apoio da mídia, que já estava atenta a isso, e, um ano depois, em 2001, a Funai reconheceu o povo Tupinambá como povo indígena. Acho que o mais significativo de tudo isso é a autoafirmação. Primeiro, começa tudo a partir do “eu sou Tupinambá”. Depois, vem o estímulo do manto, um elemento material e simbólico que deu força para esse povo continuar se afirmando como tal. A repatriação do manto agora é, para eles, uma esperança de demarcação do território.

Quando uma comitiva de indígenas Tupinambá (acho que Glécéria estava junto) foi para a Dinamarca ver o manto, estava escrito na plaqueta ao lado do manto: “Tupinambá, povo extinto”. Elas disseram: “Mudem isso aqui, por favor, porque estamos vivos”. Para mim, o manto carrega muito essa força de chamar para a vida através de um objeto, além de evocar a memória de um artesanato que eles já não fazem há muito tempo. Quando o Karkajú e eu fomos ver o manto, entendemos que não há cola envolvida. É pura tessitura. As penas estão encaixadas em um tecido e, pelo fato de não ter cola, não houve fungos ou degradação: isso foi o que preservou o manto por tanto tempo, e esse manto é o mais bem preservado de todos os que existem. Esse tipo de artesanato, essa técnica de confeccionar o manto, estava perdida. Foi a primeira coisa que interessou a Glécéria. Quando ela viu o manto, logo quis ver o verso para entender como era feito, como eram os nós e a técnica de tecelagem.

Julia Brito Ospina

Com relação à segunda parte da pergunta, sobre as primeiras iniciativas de solicitar o repatriamento, eu acho importante esse histórico que Karkajú e Lou trazem, para mostrar que esse processo remonta aos anos 2000. Ele vem acompanhado de todo o movimento de retomada do povo Tupinambá. “Retomada” é uma palavra que tem sido mal utilizada, mas o povo Tupinambá demonstra

a potência do que é um verdadeiro processo de retomada – seja linguística, cultural, ou de afirmar: “nós sempre estivemos aqui, apesar de dizerem o contrário”. O manto reforça essa mensagem e traz luz a essa história, desde os anos 2000.

É um processo duplo. Nos anos 2000, Amotara, com toda a emoção daquele momento, trouxe muita força, pelo que os anciões e as lideranças nos relataram. Eu não estava lá, mas, ao ouvir esses relatos dos Tupinambá, isso mexeu profundamente comigo, foi um momento muito importante. Depois que todos os Tupinambá viram o manto, eu, Karkajú e o restante da equipe do MPI também pudemos vê-lo com a autorização da cacica Valdelice e aconteceu um processo muito profundo, gerando múltiplas sensações. Ao mesmo tempo que senti um aperto no peito, por conta do relato de que a última pessoa que usou o manto foi assassinada com uma lança no peito, também senti uma força intensa. Cheguei a ter calafrios e fiquei enjoada no final. É algo muito profundo, que mexe com muita coisa.

O que eu queria dizer é que a Glicéria retomou esse processo de diálogo na Dinamarca, e todas as pontas começaram a se unir nessas tratativas. Isso culminou com as negociações para a vinda do manto e os diálogos diretos com o museu. Também houve o início das tratativas com o ministério [MPI], a instauração do grupo de trabalho, como o professor Eliel comentou, e todos os diálogos que passamos a intermediar entre o povo Tupinambá, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e todos os envolvidos ao longo de todo esse processo.

Cristiana Barreto

Eu queria inverter o papel de entrevistadora para dar um depoimento. Na mostra do “Redescobrimento”, eu fiz parte da curadoria de arqueologia e acompanhei uma questão muito importante: se o manto viria ou não, se o museu lá liberaria ou não, porque já havia um histórico de tentativas frustradas de trazer o manto para o Brasil. Então, a gente vê hoje como foi importante, como a Lou falou, o manto vir para acionar essa retomada da identidade Tupinambá. Fico pensando se o manto tivesse vindo antes, se não teríamos tido essa retomada antes. É só uma reflexão para deixar aqui.

Nos anos 2000 houve essa primeira demanda dos Tupinambá, e a repatriação só veio, de fato, agora, 24 anos depois. Então, eu queria saber de vocês se acham que isso aconteceu pelo fato de termos hoje o Ministério dos Povos Indígenas e secretarias que se ocupam da memória dos povos indígenas. De certa maneira, isso facilitou essa demanda que já existia dos Tupinambá há 24 anos? Como foi essa relação com o Ministério das Relações Exteriores? A imprensa publicou muito sobre a negociação envolvendo o embaixador na Dinamarca, mas, de certa forma, o papel do próprio MPI não ficou muito claro. Como essa demanda chegou a vocês? E como o MPI se organizou para lidar com a repatriação? Gostaríamos que vocês falassem um pouco sobre esse processo. Uma vez instituído o GT dentro do MPI, como foi possível receber essas demandas dos Tupinambá e intermediar com o Ministério das Relações Exteriores e outras instituições? Acho que essa questão mais institucional não ficou muito clara para o público na mídia.

Lou-Ann Kleppa

O que a gente percebeu no GT, que foi instituído no final do ano passado, talvez no segundo semestre, é que ele nasceu de um vazio de informação num determinado setor do Museu Nacional sobre o retorno do manto. Percebemos que o GT dentro do MPI servia para ajudar nesse diálogo interno do Museu Nacional, do setor de Etnologia com a diretoria. O setor de Etnologia não tinha ideia de quando o manto viria, quem pagaria o seguro, quais seriam as tratativas para o transporte, traslado, ou mesmo as condições ideais de temperatura e umidade do manto. O GT foi instituído no MPI com essas perguntas, mas nós não conseguimos respondê-las. Nosso GT foi prorrogado três vezes, sempre pedindo mais tempo para negociar com todas as partes e obter as informações, e foi encerrado quando o manto chegou. E o manto chegou de surpresa: nós não sabíamos que o manto estava no Brasil quando a notícia foi divulgada nos jornais.

O Museu Nacional, que pegou fogo em 2018, precisava recompor seu acervo. Vários museus no mundo estavam colaborando para essa recomposição das coleções do Museu Nacional. Esse foi um movimento que percebemos. Outro movimento foi o do embaixador

do Brasil na Dinamarca que destravou o processo de repatriação. Amotara tentou, no ano 2000, evitar que o manto sequer saísse do Brasil quando esteve aqui. Os Tupinambá tentaram usar argumentos arqueológicos, afirmando que, enquanto artefato arqueológico, ele não deveria sair do Brasil, pois seria crime. Mas isso não foi suficiente. Foi necessário formalizar o processo de restituição através do embaixador. Então o diretor do Nationalmuseet, o museu da Dinamarca, colocou duas condições: a primeira era se o povo Tupinambá estava sabendo; e a segunda, qual seria o museu no Brasil que teria condições técnicas de receber, guardar e conservar bem esse artefato tão precioso.

As tratativas de retorno do manto se deram entre o Museu Nacional do Brasil e o Museu Nacional da Dinamarca. E essa negociação aconteceu entre os dois museus, sem a participação do MPI ou das pessoas envolvidas no GT do MPI.

Eliel Benites

Eu vejo que, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a pauta indígena ganhou uma evidência em nível nacional, o que foi bastante significativo. Nesse contexto, a tratativa entre a Dinamarca e o Museu Nacional foi se alinhando cada vez mais para que o manto viesse, mas ninguém estava realmente preparado para o que a Lou mencionou. Sentimos isso claramente. Mesmo do ponto de vista institucional, a dinâmica da vinda do manto não estava clara. Como os povos indígenas interagiriam com essa questão, já que estávamos lidando com um processo que se colocava muito na perspectiva da reparação histórica? A vinda do manto foi vista como uma reparação histórica no âmbito da política de memória, e usamos o termo “restituição” desse patrimônio. Mas o Instituto Guimarães Rosa e os dinamarqueses não gostaram desse termo, preferindo tratar a questão de forma mais harmônica, como uma iniciativa própria da Dinamarca de “doação”, o que também envolve uma dimensão política.

Inicialmente, achamos que, com o GT sob o Ministério dos Povos Indígenas, todos iriam colaborar e discutir juntos, mas isso não aconteceu. Então, como estratégia, o Ministério dos Povos Indígenas foi acompanhando esse processo e, assim, questões técnicas e polí-

ticas foram sendo trabalhadas. Dentro do Museu Nacional foi criado outro GT, mais técnico, para acompanhar o retorno do manto, mas percebemos que havia uma certa dificuldade, especialmente com a falta de informação sobre a vinda do manto. Houve resistências, principalmente da diretoria do Museu Nacional, sobre como seria o envolvimento dos Tupinambá. O que sentimos foi que as coisas aconteceram de forma um pouco atropelada, sem tempo para uma metodologia mais planejada. Por exemplo, quando eu estava de férias, a Júlia me avisou que o manto já tinha chegado, o que foi uma grande surpresa. Nós esperávamos poder planejar a chegada do manto com os Tupinambá, até mesmo no que diz respeito à recepção oficial. Mas o manto ficou parado por mais de um mês antes de realizarmos o evento oficial para a recepção. Isso gerou uma série de movimentos para ajustar a situação. Houve a necessidade de organização institucional para receber o manto de forma adequada, enquanto a comunidade indígena pressionava por informações.

Foi por isso que houve uma segunda ida ao povo Tupinambá. Dessa vez Karkajú foi com o diretor do Museu Nacional para comunicar oficialmente à comunidade que o manto tinha chegado e por que tudo tinha acontecido em sigilo. Foi necessário fazer isso porque a pressão era muito grande. Depois é que as pessoas se movimentaram para planejar a cerimônia de recepção, o que envolveu o povo Tupinambá, MPI, MEC, MinC, incluindo a Presidência.

Julia Brito Ospina

Acho que houve várias etapas distintas, com dinâmicas e circunstâncias também diferentes. Os primeiros movimentos em relação à criação do GT do MPI começaram na metade do ano de 2023, com reuniões iniciais e a minuta da portaria do grupo de trabalho sendo elaborada. Oficialmente, a portaria que institui o GT foi publicada em setembro de 2023. Esse grupo de trabalho envolvia membros do ministério, especialmente da Seart (Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas), que contou com representantes, como a Mayra Saito, que foi fundamental durante todo o processo, além de servidores da Secretaria Executiva do ministério. Num primeiro momento, estes eram os principais envolvidos. Tam-

bém é importante destacar a participação de pessoas de referência, como a Daiara Tukano, e membros da Funai vinculados ao Museu dos Povos Indígenas, além de representantes do Itamaraty. O setor de Etnologia do Museu Nacional também esteve envolvido, e a diretoria do Museu Nacional foi convidada desde o início para dialogar.

No total, salvo engano, tivemos nove reuniões do grupo de trabalho. As tratativas foram diversas, já que havia a preocupação em usar o caso do manto Tupinambá como exemplo para desenvolver recomendações sobre o processo de restituição de objetos sagrados indígenas. Isso porque, em diálogo com o Ministério das Relações Exteriores, percebemos que não havia protocolos específicos para o retorno desses objetos, que eram tratados como meras peças, sem qualquer cuidado espiritual ou ancestral. Subdividimos o GT em diferentes frentes específicas: as questões técnicas que envolviam o transporte e conservação do manto; uma política nacional de repatriação de objetos sagrados indígenas (foi assim que iniciamos diálogo com um projeto de lei do deputado Túlio Gadêlha que está tramitando na Câmara); protocolos de acesso de indígenas aos seus objetos sagrados musealizados; e o evento de recepção do manto.

Nesse meio do caminho, houve duas missões de escuta das comunidades Tupinambá que foram bem potentes. Num primeiro momento, eu, o professor Eliel e a Nayra Kaxuyana, da Assessoria Internacional do Ministério dos Povos Indígenas, fomos ao território Tupinambá em Olivença e na Serra do Padeiro, na Bahia. Gera- mos um relatório robusto que orientou as demais ações do GT. Na segunda ida, Karkajú foi com o diretor do Museu Nacional para as comunidades Tupinambá, o que significou o primeiro envolvimento do diretor do Museu Nacional com o povo indígena. Embora a diretoria do Museu Nacional tenha sido oficialmente notificada, tanto pela Secretaria Executiva como pela Seart, antes dessa missão, não recebíamos respostas da diretoria. O povo Tupinambá também veio a Brasília para reuniões, e sempre enfrentamos dificuldades na mediação entre o Museu Nacional, o ministério e o próprio povo Tupinambá. Foi somente quando o Karkajú entrou em cena que o diálogo começou a acontecer de forma mínima. A partir daí, obtivemos algumas informações que estavam sendo negadas ante-

riormente, como os aspectos técnicos sobre a sala que receberia o manto, detalhes que precisávamos repassar ao povo Tupinambá. A partir daí o planejamento do evento de recepção do manto começou a se acalmar, e pudemos articular melhor o evento.

Em resumo, o papel do Ministério dos Povos Indígenas foi central para intermediar as relações com o povo Tupinambá, garantindo que suas vozes fossem ouvidas. O Estado brasileiro deixou de ser um Estado de tutela desde a Constituição de 1988, e o ministério sempre deixou claro que não fala pelo povo Tupinambá; nós intermediamos, ajudamos e apoiamos. Quem fala por si é o próprio povo. O nosso papel foi facilitar as relações institucionais e governamentais, mas o povo Tupinambá é quem determina o que deve ser feito.

Como vocês avaliam o evento de entrega do manto?

Karkajú Pataxó

Queria voltar um pouquinho. A primeira reunião que eu tive com o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, foi no dia 6 de junho. Na ocasião, eu estava como coordenador de Esporte e Lazer. Nessa primeira reunião, ele trouxe a informação sobre a questão do manto. Foi uma reunião em que ele veio por conta de outra pauta aqui em Brasília, relacionada ao museu. Ele aproveitou que estava aqui, fez a reunião comigo, mas não reagiu oficialmente à solicitação anterior de agendamento que o ministério havia feito. Quando cheguei à reunião, ele me pediu para começar, já que eu o havia convidado para a reunião, representando o ministério. Isso gerou uma situação um pouco constrangedora, mas conseguimos resolver, e a partir daí passei a ser o principal contato do ministério com o diretor do Museu Nacional. Nessa reunião, ele mencionou que o manto talvez só seria exposto em 2028, quando o Museu Nacional tem previsão de reabertura. Informei à equipe, e alguns ficaram surpresos tanto com a visita dele quanto com a informação que ele trazia.

Depois tivemos a visita ao território, e as tratativas foram avançando. O diretor do Museu Nacional informou que havia um acordo pessoal dele com o embaixador do Brasil na Dinamarca, Rodrigo Azeredo, de que a data de 31 de agosto estava prevista para o evento.

Essa data mudou de acordo com a participação de outros ministérios e, principalmente, com a agenda do presidente da República.

Bom, a importância do evento: primeiro, tratava-se de um momento icônico. Foi trazida uma peça de valor inestimável para o país, e o Ministério dos Povos Indígenas pôde acompanhar toda a tratativa, sendo o principal elemento de mediação nesse processo de planejamento do evento. Isso traz uma dimensão importante para a constituição do próprio ministério, já que, como mencionamos em várias reuniões, deixamos claro que o ministério não estaria aqui para tutelar os povos indígenas, mas para mediar as questões tratadas. A pauta do manto teve grandes momentos de impasse, preconceito, racismo e intolerância. Poderíamos listar várias qualificações negativas talvez por causa do perfil acadêmico e burocrático de quem não compreende que o manto é muito mais do que um artefato: ele tem uma relevância espiritual e cosmológica para o povo Tupinambá. Mas acredito que a importância maior está na escuta ativa que o ministério fez ao visitar o território duas vezes e mediar a situação conflituosa entre o Museu Nacional e o povo Tupinambá.

Houve uma situação tensa na visita do diretor Alexander Kellner ao território, junto com Fernando Esteban, do Museu dos Povos Indígenas, representantes do Cimi [Conselho Indigenista Missionário], e eu, representando o Ministério dos Povos Indígenas. Quase chegamos a uma situação de conflito físico, e tivemos que intervir, porque o diretor alegava que havia enviado um e-mail à cacica Valdelice, convidando-a para reunião de que ela não havia participado. Só que a comunicação com os Tupinambá não funciona por e-mail. Isso gerou mal-entendidos, e nosso papel foi mediar a situação. Foram várias reuniões e tratativas pessoais. Eu, por conhecer as lideranças, fiz muitas mediações, inclusive quando o diretor do museu sugeriu que o Ministério dos Povos Indígenas decidisse quem dos Tupinambá e quando poderia visitar o manto. Conseguimos mediar a visita do dia 31 de agosto, quando Glicéria, sua mãe e irmã visitaram o manto. Fizemos questão de que a permissão da visita fosse uma decisão do povo Tupinambá, evitando constrangimentos, porque a decisão anterior era que o primeiro encontro com o manto seria coletivo.

Outro ponto importante é que fizemos questão de que o povo Tupinambá fosse o primeiro a ver o manto. O diretor do museu nos convidou várias vezes para ver o manto antes deles, mas recusamos, por respeito. Somente após a visita do último Tupinambá, pedimos permissão para ver o manto, e os líderes disseram que poderíamos ter visto antes, mas entendemos que aquele era o momento deles.

Dessa experiência com o manto, conseguimos aprender e criar protocolos para lidar com outros artefatos simbólicos, tanto no Brasil quanto no exterior. Durante uma das reuniões com o Ministério da Cultura, da Educação e representantes do Itamaraty, ficou acordado que o Itamaraty faria uma campanha internacional para destacar outras peças que estão fora do país.

O evento nos permitiu várias reflexões sobre as tratativas e protocolos de escuta, para entender o que o povo deseja, e não enxergar as peças apenas como artefatos frios, mas como objetos carregados de simbologia, espiritualidade e história. Precisamos respeitar também que alguns grupos acreditam que certas peças podem trazer maldição se retornarem ao território de origem.

Embora tenha sido um processo árduo, ele prendeu nossa atenção por muito tempo. Quando saí da Coordenação de Esporte e Lazer e vim para a Coordenação-Geral de Cultura, acabei me dedicando quase exclusivamente a essa pauta, porque sabíamos da importância de manter o diálogo entre as lideranças, o museu e os ministérios, ampliando a comunicação para outros ministérios também. O evento teve vários momentos importantes, mas vale destacar o protocolo que estabelecemos: primeiro, o povo Tupinambá veria o manto, e depois fizemos um acordo para que indígenas do Rio de Janeiro também pudessem vê-lo. A vice-diretora do museu, Andreia, demonstrou sensibilidade ao permitir que os Tupinambá decidissem como seria essa visitação. Lembro que ficamos até quase oito horas da noite esperando que o último representante indígena visse o manto.

A contribuição da Lou foi significativa, com um olhar mais técnico, fazendo perguntas estratégicas sobre a climatização e conservação do manto, por exemplo. Muitas lideranças não compreendiam esse aspecto técnico. Valdelice e sua família foram as primeiras a ver o manto, depois que ele saiu da anoxia, e ela saiu emocionada,

mas reclamando que o manto estava deitado. Isso tinha um simbolismo para eles, então ajustamos para que, na visita seguinte, o manto estivesse em pé, com toda a sua imponência. Enfim, eu poderia escrever um livro sobre o manto, de tantas experiências e relatos que ouvi. Desculpem se me empolguei, mas é isso.

Lou-Ann Kleppa

Eu ainda queria complementar que o evento da cerimônia de recepção do retorno do manto foi dia 12 [de setembro], com o presidente Lula, e contou com falas intercaladas de um monte de representantes de ministérios e outras autoridades. Os Tupinambá estavam lá desde o dia 7 de setembro. Eles ficaram acampados durante um tempo, e, durante esse período, aconteceu o encontro com o manto que o Karkajú relatou. Quem estava lá (antes do dia 12) pôde visitar o manto, mas havia condições que os Tupinambá impuseram. Eles determinaram quem podia e quem não podia entrar e como – por exemplo, estabeleceram a exigência de tirar os sapatos. Então, eles se tornaram museólogos, ganharam esse status nessa primeira visita, que não foi a do Lula, mas deles.

Depois, na noite do dia 12, teve a cerimônia, que foi cansativa (eu achava que ia ter show de música, mas não teve). Foi um monte de falas de autoridades, mas as falas mais fortes eram das duas Tupinambá, Valdelice e Yakuí, que pressionaram o Lula. Lula foi o último a falar e, no dia seguinte, os jornais trouxeram a pauta política. Lula foi obrigado a se posicionar, isso foi importante. O evento todo teve essa consequência política. O próprio lugar onde o manto está ou continuará estando foi definido ali, quando Lula falou: “Jerônimo,⁴ precisamos agora construir um museu na Bahia.” Então, houve todos esses desdobramentos que talvez não fossem esperados.

Julia Brito Ospina

Em relação ao período de 7 a 11 de setembro, percebemos as dificuldades do Ministério dos Povos Indígenas, que joga luz sobre

⁴ Jerônimo Rodrigues, governador da Bahia desde 2023. (N. do E.)

essa necessidade de estruturar o ministério orçamentariamente falando e em nível de servidores também, que é uma dificuldade que a gente tem aqui na Esplanada. A gente dialoga com o movimento para justamente fazer essa pressão no governo e entender que o ministério precisa ser estruturado, porque isso reflete nas dificuldades que nós, servidores que somos mobilizados para ir em eventos como esse, enfrentamos. Foram mobilizados três servidores: eu, o Karkajú, e mais uma representante do gabinete da ministra, Mariana Justo. A gente estava lá desde o dia 7, mediando todo tipo de situação possível. Como Eliel falou, eu acho que o Karkajú realmente foi uma bênção divina. A gente dizia que foi o próprio manto que trouxe ele pra trabalhar junto no grupo de trabalho. Com muita negociação, conseguimos que os Tupinambá pudessem fazer fogo tanto lá no circo, onde eles estavam acampados, como na frente do Museu Nacional. Conversando, explicando a importância do momento, falando que a maioria dos indígenas presentes é brigadista, inclusive sabe fazer fogo, que é um conhecimento ancestral, a gente conseguiu fazer o fogo na Quinta da Boa Vista. Então percebi uma capacidade de diálogo e de mediação muito grande da equipe. A gente enfrentou dificuldades logísticas que só foram apaziguadas por conta da boa relação que a gente teve com os Tupinambá desde o início. Foi uma relação de diálogo, de troca, de dizer com sinceridade as dificuldades que estavam postas pelas restrições orçamentárias do ministério.

O processo inteiro, logisticamente falando, do ponto de vista dos servidores do ministério, foi um processo difícil. Foi um processo tortuoso, porque a gente acordava às cinco da manhã e ia dormir depois da meia-noite todos os dias durante uma semana. Mas também foi muito gratificante, porque esses dias foram justamente os dias mais grandiosos, em que a gente viu cenas que nos arrepiaram dos pés à cabeça. O processo dos anciões se encontrando com um manto, das lideranças, das crianças, da juventude teve uma potência de todas as frentes ali, de todos os eixos Tupinambá se encontrando com o manto – foi algo indescritível, que nos deu muita força para continuar seguindo. A parceria do pessoal do setor de Etnologia do Museu Nacional foi incrível também. A vice-diretora foi extremamente sensível, extremamente afetuosa e total-

mente disponível a pensar a visitação ao manto no formato que os Tupinambá queriam, como a Lou comentou, isso foi mediado muito por ela também. Então tudo transcorreu muito bem e a gente conseguiu dar uma entrega excelente que culminou nesse evento que a Lou já relatou, como eu relataria também, que foi um momento de politizar o manto que já é, por si só, uma pauta política.

O retorno do manto se relaciona com alavancar o processo de demarcação do território Tupinambá, que está com a portaria declaratória pronta desde 2008. Então ter um evento desse porte, com o Ministério dos Povos Indígenas, com o presidente Lula, com o povo Tupinambá ali representado foi inigualável e foi muito honroso da nossa parte ter feito parte de todo esse processo. Enfim, simplesmente ter vivenciado tudo isso foi uma loucura, e foi incrível.

Vocês concordam que as lideranças têm interesse que o manto fique na Bahia mesmo? Ou que fique no Museu Nacional no Rio de Janeiro?

Lou-Ann Kleppa

Tecnicamente, não é muita coisa que é necessária para que o manto continue exposto. É preciso apenas manter a umidade do ar, a temperatura e a luminosidade constantes. Ele aguentou a viagem, embora tenha perdido três penas quando foi embalado ou colocado dentro do transporte para cá. É preciso dispor de recursos para construir o lugar onde o manto vai ficar em condições de umidade, temperatura e luminosidade constantes.

Eu ouvi pela primeira vez que eles queriam que o manto fosse para a Bahia quando os Tupinambá vieram ao Ministério dos Povos Indígenas. Não sei se sempre quiseram isso, mas, de fato, faz mais sentido que o manto esteja mais perto deles do que alienado no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Não faz sentido que um objeto sagrado do seu povo fique em outro estado. Imagino que todos os Tupinambá concordam hoje em dia que o manto deve chegar mais perto deles. E, como tecnicamente não há impedimento, é só construir esse novo lugar.

Karkajú Pataxó

Em relação à questão da ida ou não para a Bahia, em uma das conversas que eu tive com a cacique Valdelice, foi levantada essa questão. Valdelice comentou que, naquele momento, devido à falta de uma estrutura, era importante que o manto ficasse no Museu Nacional, já que o Museu dos Povos Indígenas não tinha estrutura adequada. E na Bahia não há nenhum museu indígena que tenha estrutura para acolher a peça. Ela até comentou rapidamente com o diretor: “Vou deixar que o senhor cuide do manto *por enquanto*”. Esse “por enquanto” é até que possamos entender que, em algum momento, com uma estrutura adequada, seria possível levar o manto para a Bahia. Claro que tanto eles quanto outros grupos vão considerar importante levar o manto para o território, respeitando toda a sua história.

Essa questão de onde o manto vai ficar traz à tona uma questão maior, que é como devemos olhar para ele: se ele é um patrimônio dos Tupinambá ou se é um patrimônio nacional. Essa é uma questão que não vem sendo muito discutida, inclusive, pelo próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Então, já perguntando sobre as lições que estamos aprendendo com a volta do manto, como vocês veem essa questão de como patrimonializar essas restituições? Fala-se muito em trazer as coisas de volta, mas pouco se discute sobre a gestão. Com quem vai ficar? Quem vai se responsabilizar? Como isso será compartilhado? É uma responsabilidade nacional? Enfim, gostaríamos que vocês comentassem um pouco sobre isso, pois é uma questão que se colocará daqui para frente.

Eliel Benites

Nesse processo de repatriação, atuamos muito na linha de reparação histórica. No fundo, isso se relaciona com a questão da memória, que é acessada através de patrimônio, objetos ou outros termos que podemos usar. Esses elementos dão direito às memórias. A memória é o princípio da construção de um território – um território simbólico, imaginário e pleno, segundo a visão indígena.

Diante da possibilidade de retorno ou repatriação dos patrimônios culturais, além do manto, a tratativa institucional precisa ter um protocolo, ou seja, uma metodologia indígena de se relacionar com um objeto que foi expropriado muito tempo atrás. Os Tupinambá enxergam que esse patrimônio não é apenas como um elemento do passado, que pode ser visitado com uma perspectiva turística. O povo Tupinambá afirma que, por meio do patrimônio, vai reafirmar sua identidade histórica e fortalecer a reivindicação de seus direitos como povo diferenciado. O patrimônio indígena é um elemento da continuidade da identidade étnica e do território. O desafio é como garantir isso, pois ainda está no âmbito das reivindicações. Não existe uma metodologia geral para isso. Quando os bens patrimoniais retornam ao Brasil, surge a pergunta: onde ficarão? Permanecerão no museu eternamente? Esse questionamento nos leva a aprender que o processo é complexo, e não simples.

A questão é que existem povos diferentes com realidades específicas. Alguns preferem deixar seus patrimônios onde estão. O povo Tupinambá expressa gratidão ao museu da Dinamarca por guardar esse material. De toda maneira, entender o patrimônio cultural como um princípio da memória e da reafirmação constante da identidade étnica e da diversidade dos povos orienta nossas ações. Não se trata apenas de trazer e deixar uma peça isolada em um museu ou de impedir o acesso do povo a ele. O patrimônio é um elemento catalisador, uma força que pode reafirmar a identidade e a cultura, e, conseqüentemente, o território. A grande questão é a devolução dos territórios aos povos. Acredito que é um processo de construção conjunta entre as instituições e os povos indígenas.

Lou-Ann Kleppa

Reforçando o que o Eliel acabou de dizer, é fundamental devolver aos povos indígenas a autonomia sobre seus artefatos. Os Krahô, por exemplo, utilizam a machadinha [que estava exposta no MAE] em rituais e conseguem conservar, mas usam. Os Yanomami enterraram o sangue quando o receberam da universidade americana. Cada povo decide o que vai fazer com o artefato que é trazido de volta. É para

isso que trabalhamos: para que eles possam decidir o que fazer com os seus artefatos que foram expropriados através de práticas coloniais. E segundo, é o território: se você traz o manto para o território, o próximo passo é a demarcação desse território, que é uma reivindicação dos povos indígenas. O manto tem significados múltiplos para o povo Tupinambá, essa é a perspectiva decolonial.

Julia Brito Ospina

Temos a perspectiva de finalizar este grupo de trabalho com a publicação de um relatório robusto, que incluirá todas as informações que estamos discutindo aqui. Esse relatório, pretendemos apresentá-lo em formato de revista ou cartilha, algo que permita uma maior circulação. Nesse material, queremos construir alguns princípios gerais e orientações para o processo de retorno desses objetos.

Nesse sentido, entendo que nosso papel, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, é dialogar com as instituições (geralmente lideradas por pessoas não indígenas) para que elas compreendam como lidar com esse processo de retorno e que isso oriente a atuação desses órgãos, como Ibram, Iphan, Ministério das Relações Exteriores, por exemplo. Quando forem suscitar a questão do retorno, é essencial que agentes dessas instituições saibam como agir e o que devem respeitar, incluindo convenções (Convenção 169) que garantem a autonomia dos povos indígenas.

A publicação desse material é também importante para que os parentes indígenas tenham conhecimento sobre como navegar dentro da complexidade da administração pública para garantir uma restituição que os contemple. Assim, ao finalizar o trabalho do grupo, nosso objetivo é apresentar esses princípios gerais e elencar quais são os atores envolvidos, além de quais caminhos são possíveis para que esse processo aconteça de maneira efetiva.

Karkajú Pataxó

Em relação aos protocolos, estamos tendo um alinhamento hoje com o Museu dos Povos Indígenas. O que queremos discutir é como ficará a questão de outros artefatos, por exemplo, os que

estavam no Museu de Lille (França), que envolve 44 povos.⁵ Já queremos começar a fazer essas tratativas para entender quais serão os protocolos e como serão implementados. Além disso, queremos dar continuidade a toda essa pauta, que trouxe muita bagagem para nós. Podemos observar muitas coisas que deram certo, assim como orientações sobre o que não deve ser feito. É importante encontrar maneiras de fazer essa escuta mais direcionada a cada povo.

No dia 20 de agosto, tivemos uma escuta com o povo Kayapó no Museu dos Povos Indígenas, em Goiânia, no Centro de Audiovisual. Essa foi uma primeira tentativa, também a partir do museu, de realizar essa escuta, com a participação do cacique Raoni. Ele trouxe uma perspectiva sobre como via aqueles artefatos, que, embora não sejam tão antigos – têm cerca de cinquenta ou sessenta anos –, representam um recorte material importante. Essa escuta é também um resultado do trabalho relacionado ao protocolo do manto dos Tupinambá, que abre caminho para outras pautas e temáticas.

Uma das nossas perguntas era justamente sobre essas definições da legislação brasileira, que não são muito claras ao dividir as categorias de patrimônio cultural entre etnográfico e arqueológico. O patrimônio arqueológico é protegido pela lei 3.924, mas, como foi dito no início, o manto não pode ser considerado um artefato arqueológico. Como vocês acham que essa questão poderia ser encaminhada para uma política cultural que, do ponto de vista jurídico, contemple o passado e o presente indígena como um todo?

Eliel Benites

Bom, eu gostaria de compartilhar meu ponto de vista. À medida que cada um coloca seus pontos, vamos juntando as ideias. Na verdade, “o que fazer” ainda não está claro para ninguém de forma completa. A primeira coisa que vejo é que isso se relaciona com a

⁵ Em 2024 o governo brasileiro recebeu a notícia da chegada ao Brasil de 583 itens etnográficos do Museu Nacional dos Povos Indígenas que se encontravam sob a guarda do Museu de Lille, na França, desde 2005. Para mais informações, ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canal_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/repatriacao-ao-brasil-de-itens-indigenas-procedentes-do-museu-de-lille-na-franca-nota-conjunta-mre-mpi.

discussão sobre o papel dos museus em relação aos povos indígenas. Na semana passada, participei de um evento promovido pela Daiara Tukano sobre o Museu das Origens. Houve um grande debate sobre essa questão da relação dos museus com os povos indígenas. Assim como em outras discussões, a ideia agora é questionar estruturalmente as pautas, rediscutir os conceitos.

Vejo que, no âmbito jurídico, criar um protocolo ou diretrizes deve começar com novos conceitos, porque os conceitos atuais, que sustentam a legislação e os protocolos, se baseiam em uma visão ocidental que gera limitações. Primeiramente, precisamos nos fundamentar em uma ideia geral sobre o que significa a identidade dos povos indígenas. Como estamos lidando com questões patrimoniais, como sítios arqueológicos e outros elementos de memória, é necessário que esses conceitos sejam revistos à luz da perspectiva indígena. O que é sagrado, o que é segredo, é o povo indígena que vai determinar.

Esse é um trabalho extenso, mas é preciso começar a provocar as frentes de atuação nas áreas de patrimônio cultural e saberes. É importante que as instituições adotem uma abordagem diferente, sem reproduzir uma relação colonialista. Se não mudarmos a abordagem, continuaremos a perpetuar o modelo colonial tradicional. Os povos indígenas têm enfatizado que desejam seus patrimônios culturais na lógica deles, reconhecendo que esses elementos fazem parte de um território vivo. Por exemplo, ao discutirmos a questão dos sítios arqueológicos, devemos entender que esses elementos culturais têm uma história mais profunda, que não são apenas vestígios do passado; fazem parte da continuidade cultural dos povos indígenas.

A memória dos povos indígenas é rica e se conecta a direitos garantidos pela Constituição, que reconhece o direito à sua história e memória. Contudo, se criarmos um protocolo fundamentado em conceitos dominantes que negam essa memória, estaremos contradizendo os princípios indígenas. O manto pode servir como um ponto de partida para repensar todas essas questões. Precisamos considerar qual é o papel do manto na atualidade do povo Tupinambá e como as instituições de poder público podem apoiar esse processo. A comunidade indígena precisa entender e afirmar qual o papel desse patrimônio em sua história e memória.

O direito à memória histórica implica também reparação, que significa reconstruir sua cosmologia e sua visão de mundo, que a visão ocidental foi decompondo. Estamos discutindo isso na Universidade Indígena, no contexto das discussões culturais, considerando que todas essas questões fazem parte de uma ação histórica de reparação. Contudo, não sabemos exatamente como será essa reconstrução; é um processo coletivo que deve envolver a colaboração entre o poder público, os povos indígenas e seus saberes. Essa reconstrução deve ser feita em conjunto, para que o mundo indígena possa ser recomposto e continuar a existir. É uma tarefa complexa, e não simples, mas é urgente revermos isso e reconstruirmos juntos essa estrutura.

Julia Brito Ospina

Complementando o professor, concordo plenamente com tudo o que ele falou. Acho que a base dessa pergunta é realmente a necessidade de reformular conceitos, e essa reformulação passa pelo que estamos enfrentando aqui ao ocupar estruturas da administração pública, com todas as dificuldades que isso implica. Sou formada em Direito e atuo como advogada, portanto, trabalhar com a linguagem do direito é um desafio constante para nós que queremos criticar essa linguagem. Precisamos usá-la e, ao mesmo tempo, criticá-la constantemente, buscando outras linguagens possíveis. O direito e a linguagem jurídica é um instrumento de poder. Então, como podemos reformulá-lo para que se torne um instrumento de acesso a direitos? Essa reflexão não se limita apenas ao direito indígena, mas também se estende à maneira como trazemos nossos conceitos para repensar a teoria do direito público e a estrutura administrativa e burocrática do Estado. Isso envolve não apenas uma reflexão, mas também a construção de uma nova forma de praticar e existir, reformulando o direito na prática, no dia a dia.

Os conceitos que adotamos orientam nossa prática e moldam nosso funcionamento. Assim como temos nossas ideias, devemos aplicar isso continuamente em nossas ações diárias. O mesmo deve ocorrer na política e na estrutura administrativa em que atuamos. A ocupação desses espaços, embora seja um desafio gigantesco, é fun-

damental. É importante estarmos nesses locais para pautar nossas ideias, cosmovisões e perspectivas de mundo. Como o professor Eliel mencionou: o conceito vai orientar a prática. A partir disso, podemos sonhar com um futuro em que nossas existências não sejam constantemente apagadas, silenciadas e violentadas, como tem sido ao longo da história de toda a Abya Yala, em toda a América.

Essas palavras carregam uma mensagem de esperança, mas também um pesar pelo que já aconteceu. Agora, finalmente conseguimos falar de maneira mais ativa sobre isso e buscar maior visibilidade.

Vocês querem falar mais alguma coisa que vocês acham que é importante deixar registrado?

Eliel Benites

Bom, para registro histórico, eu gostaria de agradecer e registrar a gratidão a toda a equipe que atuou nessa frente relacionada ao manto. A caminhada ainda não terminou. Estamos buscando criar protocolos de acesso dos povos indígenas aos seus artefatos; no entanto, a pauta continua, pois o desdobramento de tudo isso é significativo para o povo Tupinambá. Eles ainda esperam avanços em políticas públicas, como a demarcação de território e ações culturais, incluindo a preservação das línguas. O manto se torna, portanto, um promotor de outras ações que contribuirão para a reparação histórica do povo.

Quero expressar minha gratidão à equipe da Deling da Seart, que trabalhou arduamente no Ministério dos Povos Indígenas e articulou de maneira muito interessante com outras instituições da Esplanada, como os Ministérios da Cultura, da Educação e o Itamaraty. Essa habilidade política foi fundamental e merece ser registrada. Além disso, a mediação, como o Karkajú destacou em relação ao povo Tupinambá, foi essencial para harmonizar a realização do evento de recepção do manto. A importância desse tema foi reconhecida ao ponto de o presidente Lula estar presente na cerimônia. Isso mostra a relevância do manto e, embora estejamos encerrando os trabalhos do GT, as ações continuarão.

Por isso, meu agradecimento é sincero. Obrigado!

Referências

VELTHEM, Lucia Hussak van. Deslumbramentos e reviravoltas: artes indígenas e exposições. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 335-358, 2024. DOI: 10.20396/modos.v8i2.8674949. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8674949>. Acesso em: 4 out. 2024.

ROXO, Elisangela. As provações do manto Tupinambá. *Piauí*, 12 set. 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/manto-tupinamba-volta-dinamarca/>. Acesso em: 28 out. 2024.

Eliei Benites | Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas (Deling/MPI) e coordenador do GT de Restituição de Artefatos Indígenas.

Karkajú Pataxó | Coordenador-geral de Promoção de Políticas Culturais (CGPPC/Deling/MPI).

Julia Brito Ospina | Advogada, coordenadora de Justiça de Transição Indígena (COPJUS/Deling/MPI).

Lou-Ann Kleppa | Doutora em Linguística pela Unicamp, assistente junto ao Deling/MPI.

Bruno Pastre Máximo | Doutor em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP). Graduado em História pela Unicamp. É técnico-administrativo em educação com o cargo de arqueólogo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Está atualmente cedido para o Ministério dos Povos Indígenas. Tem pesquisa voltada para a análise de paisagens ancestrais na África, em especial Angola e Guiné-Bissau. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6370208295745363> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0216-2121> | Email: pastrebruno@gmail.com.

Cristiana Barreto | Doutora em Arqueologia e mestre em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi. Tem pesquisa voltada para a arqueologia da Amazônia, a socialização do patrimônio arqueológico e repatriação e reparação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9932170124403056> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5842-3418> E-mail: cristianabarreto@gmail.com.

[<< Voltar ao início](#)